

Congresso perde memória nas urnas de 90

EDUARDO BRITO
Editor de Política

É quase uma ruptura. Do próximo Congresso estarão ausentes figuras que, por vários mandatos, marcaram a política brasileira. As surpreendentes urnas de 1990 cortaram suas carreiras e tornaram a legislatura que se inicia a 1º de fevereiro do ano que vem senão mais pobre, ao menos muito diferente, do ponto de vista histórico. Nela não estarão, por exemplo, Fernando Lyra, Euclides Scalco, Severo Gomes, Fernando Santana, Lyzaneas Maciel, Marcondes Gadelha, Flávio Marcílio, Paes de Andrade, Plínio de Arruda Sampaio e Luiz Inácio Lula da Silva.

A morte já havia interferido nesse processo, levando nos últimos tempos Afonso Arinos, Luiz Viana Filho e Virgílio Távora. Arinos era o remanescente da banda de música da extinta UDN, provavelmente o mais brilhante grupo parlamentar da República brasileira, contando com Carlos Lacerda, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso, João Agripino, Oscar Corrêa e Bilac Pinto, entre outros. Deputado por três mandatos e senador por outros dois, Afonso Arinos prosseguia um trabalho legislativo caracterizado por iniciativas liberais, como o capítulo das liberdades individuais que destoava da autoridade Constituição de 1967 ou a lei que leva seu nome e que se tornou a primeira a punir o racismo.

Arinos teria mais quatro anos de mandato, diferentemente de Luiz Viana Filho e Virgílio Távora, cujas cadeiras passariam agora pelas urnas. Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e dono de um fino humor, Luiz Viana fora um dos principais ministros do Governo Castello Branco. Virgílio era a própria história do Ceará, onde herdara uma tradição familiar na política, tendo sido também ministro e governador de seu estado por duas vezes. Embora um cacique no velho estilo, assumia porém no plano nacional papéis ligados às mais modernas questões: foi ele, por exemplo, que deu a forma final à lei de informática.

UM ARTICULADOR

Mas a maioria das ausências do futuro Congresso foi determinada mesmo pelas urnas. É o caso de Fernando Lyra, que iria agora para o sexto mandato. Seu principal reduto, a cidade pernambucana de Caruaru, foi tomada de assalto por dois rivais, o ex-governador Miguel Arraes e o radialista Tony Gel. Um pela esquerda e outro pela direita, eles assumiram o eleitorado outrora pertencente a Lyra, que recebera 90 mil votos há quatro anos.

Desde 1970, Fernando Lyra esculpira a imagem de irado adversário do regime militar, contra o qual ajudara a fundar o chamado grupo autêntico do MDB. Dele comandou, entre outras iniciativas, o boicote à antecandidatura presidencial de Ulysses Guimarães em 1974, iniciando assim uma série de desencontros com o chefe do partido a que pertencia.

Aos poucos, porém, a imagem explosiva passou a dar lugar a uma nova faceta, a de articulador. Lyra tornou-se o primeiro membro da ala esquerda do já então PMDB a incorporar-se à candidatura nascente do moderado Tancredo Neves à presidência da República. Na verdade, virou uma espécie de avalista de Tancredo junto aos esquerdistas. Não por acaso viu-se recompensado com o ministério da Justiça.

Só que, a essa altura, já não era Tancredo que estava no Planalto, mas Sarney. O lado explosivo de Lyra mostrou-se outra vez. Os dois tiveram inúmeros atritos. Em um deles, Lyra estava no exterior quando soube que o presidente censurara o filme *Je vous salue Marie* — e ele próprio, ministro da Justiça, iniciara sua gestão anunciando o fim da censura, o que de sua parte cumprira. Não teve dúvidas: pediu à telefonista do hotel uma ligação para o Presidente, em Brasília, e interpelou o interlocutor aos berros. Disse que não admitia aquilo, que era uma tolice e uma covardia, terminando por dizer “que droga”, antes de bater o telefone. Aliás, consta que não foi exatamente droga essa palavra final.

O incidente só não gerou consequências maiores porque a telefonista não entendia direito o português e quem ficou pasmo do outro lado da linha não foi o presidente da República, mas um espantado presidente da Embra-pá, interino ainda por cima.

Lyra ainda teria um longo caminho a percorrer. Após deixar o ministério, em 1986, desafiaria Ulysses Guimarães quando este pretendia reeleger-se presidente da Câmara, forçando a uma disputa apertada. Lyra perdeu. Depois, passaria ao PDT e seria o vice de Brizola na corrida presidencial. Perdeu de novo, como



Santana: comunista



Lyzaneas: resistência



Lyra: autêntico



Marcílio: prerrogativas



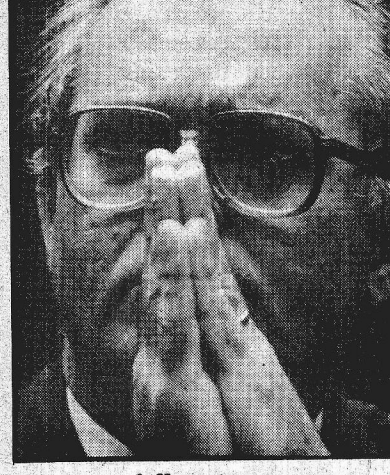
Paes: histórico



Chico Pinto: desânimo



Severo: ministro



Gadelha: ziguezague

perderia agora, vítima do chamado efeito Arraes. O ex-governador pernambucano preferiu concorrer à Câmara em legenda própria, sem coligações, ceifou votos de toda a esquerda e elegeu consigo diversos ex-auxiliares, deixando de fora candidatos que de outra maneira se elegeriam. Foi assim que Pernambuco

O Congresso deixará de contar em 1991 com figuras que marcaram a história política do País por décadas

deixou de enviar ao novo Congresso várias das mais representativas figuras da esquerda, casos de Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima e o próprio Fernando Lyra.

Não falta quem veja aí um sinal dos tempos, da inadequação de várias figuras que já teriam terminado sua missão. Estaria nesse

bloco, como Lyra, um antigo companheiro seu no grupo autêntico, o deputado Lyzaneas Maciel. Um evangélico de esquerda, ligado ao Conselho Mundial de Igrejas, sediado na Suíça, Lyzaneas destacou-se no Congresso a partir de 1970, em pleno Governo Médici. Época de medo e de silêncio, quebrado por umas poucas vezes.

Na Câmara, era quase só a de Lyzaneas que se erguia, denunciando incansavelmente prisões, desaparecimentos e torturas. Várias vezes sua cassação foi prevista, mas acabou ocorrendo quando menos se esperava. Desafiando uma advertência formal, Lyzaneas protestou da tribuna contra as repentinas cassações dos deputados gaúchos Amaury Muller e Nadir Rossetti. Foi cassado ele também, segundo a tradição, no momento mesmo em que discursava. A bancada governista ainda tentou impedi-lo de discursar, mas foi silenciada por um colega:

— Ouçam o maior deputado do Brasil.

Lyzaneas exilou-se na Suíça. Voltaria ao Brasil após a anistia, sendo então candidato a gover-

nador do Rio pelo PT, partido com o qual não mostrou muita afinidade. Em 1986 retornaria à Câmara pelo PDT, mas os tempos eram mesmo outros. Usou a tribuna com frequência, sem receber porém o destaque do passado.

Outro antigo autêntico derrotado pelas urnas de 1990, só que personagem de uma história totalmente diferente é o senador paraibano Marcondes Gadelha. De uma tradicional família de políticos, influente sobretudo na cidade de Souza, Gadelha participou desde o início do grupo autêntico, tornando-se logo vice-líder da bancada do MDB na Câmara. Chegou a disputar a liderança por duas vezes como o candidato da ala esquerda do partido, da qual já era visto como o principal porta-voz.

Essa incursão pela esquerda durou três mandatos de deputado federal. De repente, tudo mudou. Com a reforma partidária de 1979, mais a incorporação do PP pelo PMDB, Marcondes Gadelha já não tinha lugar na Oposição. Seu archi-rival na política municipal de Souza, o também deputado Antonio Mariz,

deixara a Arena para integrar-se ao PMDB, hostilizado pelos generais que nele viam mais um subversivo. Gadelha não admitia conviver com o adversário e preferiu seguir o percurso oposto. Inscreveu-se no PDS, partido que lhe garantiu a eleição para o Senado em 1982.

Participou da campanha do

Lula desistiu, Arinos morreu. Mas foram as urnas que abriram os demais claros na memória do Congresso

ministro Adreazza pela Presidência e terminou aderindo a Tancredo e ao PFL, partido pelo qual disputaria o governo da Paraíba em 1986. Perdeu. Dedicando-se a fundo à atividade parlamentar, organizou uma série de seminários sobre temas históricos, como a Revolução de Trinta, e brigou pela liderança do

PFL no Senado, dela deslocando o atual ministro Carlos Chiarelli e imprimindo à bancada uma orientação pró-Sarney — com quem o líder deposto estava rompido.

Foi na sucessão presidencial, porém, que Marcondes Gadelha deu sua guinada mais surpreendente. Já às vésperas do pleito, participou com dois outros senadores da desastrosa tentativa de lançar a candidatura do empresário Sílvio Santos. Isso lhe valeu não só a efêmera vaga de vice-presidente na chapa de Sílvio como o apelido de um dos três porquinhos. O TSE fulminou a candidatura de Sílvio e Gadelha, que assinara uma ficha de inscrição no Partido Municipalista para ser o vice, retornou ao PFL. Por essa legenda disputou a reeleição este ano — e, por ironia, quem lhe tomou a vaga foi exatamente o velho rival na política municipal, Antonio Mariz.

Se Marcondes Gadelha foi candidato a vice de Sílvio Santos, o também senador Severo Gomes registra uma passagem semelhante em sua vida política. Por algumas semanas ele seria companheiro de chapa na aventura presidencial do então senador Magalhães Pinto, que pretendia derubar na convenção da Arena o general Figueiredo, ungido pelo Planalto.

A tentativa durou pouco, mas marcou a reorientação partidária de Severo Gomes. Ele fora ministro de dois governos militares, os dos generais Castello Branco, quando ocupou a pasta da Agricultura, e Ernesto Geisel, já na Indústria e Comércio. Foi uma gestão marcante: nela se desenvolveu, por exemplo, o principal do programa siderúrgico nacional.

Embora tenha sido o signatário de algumas cassações, entre elas a do próprio Lyzaneas Maciel, Severo Gomes sempre mostrou-se um liberal. Nacionalista, era acusado de estatizante pela cúpula do empresariado — embora, dono da Parahyba, seja ele próprio um empresário de porte. Foi nessa época que ganhou uma fama: a de ser dos poucos a conseguir fazer rir o general Geisel.

Severo, com efeito, tem a fama de excelente contador de histórias. Uma das mais conhecidas é a do puxa-saco caçador. Numa expedição de caça pelo Vale da Paraíba, região em que tem fazendas, Severo entrou mato a dentro piando para chamar macucos. O puxa-saco que estava ao lado não perdoou: “ministro”, elogiou ele, “o senhor pia melhor do que muito macuco”.